

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 398 - Brasília, segunda-feira, 3 de fevereiro de 1997

## Senado elege amanhã o seu novo presidente

O presidente do Senado, José Sarney, convocou para amanhã (dia 4), às 14h30, a primeira reunião preparatória destinada à eleição da Mesa Diretora da Casa para os próximos dois anos. A reunião será aberta ao público e à imprensa. O voto dos senadores é secreto, com a utilização de cédulas, depositadas em urna.

Nessa primeira reunião há eleição para a Presidência e, numa segunda reunião, que pode ser feita em seguida, serão eleitos os demais integrantes da Mesa. São candidatos ao cargo de presidente os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Iris Rezende (PMDB-GO).



Darcy Ribeiro faz uma exposição sobre o Projeto Caboclo para 11 senadores e diversos deputados

## Darcy Ribeiro anuncia projeto para a Amazônia

*Alternativa de ocupação da região prevê que se produza na floresta sem destruí-la. Outro objetivo é defender a comunidade cabocla*

Em ato que contou com a presença de 11 senadores e diversos deputados, o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) anunciou sexta-feira o lançamento do "Projeto Caboclo - Um Plano Alternativo de Ocupação da Amazônia", que, conforme disse, tem como objetivos defender a floresta, salvar a comunidade cabocla e "ruralizar" o povo urbanizado de Manaus e das demais cidades da região.

O projeto de Darcy Ribeiro mereceu manifestações de apoio por parte dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Bernardo Cabral (PFL-AM), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Romero Jucá (PFL-RR) e José Agripino (PFL-RN). Participaram ainda da reunião os senadores Lauro Campos (PT-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE), José Bianco (PFL-RO), Iris Rezende (PMDB-GO), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Darcy Ribeiro iniciou a apresentação de seu projeto lembrando que começou a se "apaixonar pela Amazônia há muito tempo", quando lá ficou entre 1949 e 1951. "Mas na ocasião não havia alternativa para salvar a região. Agora já é possível defender a floresta, fazendo-a produzir sem des-

truí-la".

O senador disse que "o projeto é ambicioso, porque interessa à Amazônia e a milhões de pessoas, mas temos a garantia de financiamento de países estrangeiros, como a Holanda, e esperamos contar com o apoio de todos os senadores da região".

## Senadores apóiam a iniciativa

"Fiquei encantado por esse projeto que, com o apoio do Congresso Nacional, vai dar certo", afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães, prometendo: "Iremos o mais rapidamente possível ao Banco Mundial, que, tenho certeza, vai apoiar essa iniciativa."

Bernardo Cabral, por sua vez, disse esperar que, além do Bird, "o BNDES também faça o mesmo por um projeto que dá a dimensão do que a Amazônia é para o Brasil". Carlos Patrocínio congratu-

lou Darcy Ribeiro pela "idéia brilhante" de elaborar um projeto que, a seu ver, vai merecer total acolhida por parte da bancada federal do Tocantins.

José Agripino ressaltou que o "Projeto Caboclo é mais uma enorme contribuição que Darcy Ribeiro dá ao Brasil".

Romero Jucá também enalteceu a iniciativa do senador pelo Rio de Janeiro, no sentido de criar condições para permitir o desenvolvimento da região Amazônica.

## Mudanças tornam Casa mais ágil

O saldo de realizações da atual Mesa Diretora, presidida pelo senador José Sarney, mostra um número recorde de matérias apreciadas pelo plenário do Senado (1.385 em dois anos), uma reforma administrativa para dinamizar o funcionamento da Casa e o acesso imediato do público a todas as atividades dos senadores, pelo rádio, televisão e computador.

Página 3

## Internautas podem fazer visita virtual ao Senado

Página 2

## Patrocínio elogia condenação de fraudadora



Patrocínio

A ação conjunta do governo brasileiro e da Justiça do estado americano da Flórida para punir a advogada Jorgina Fernandes,

que fraudou o INSS, foi elogiada sexta-feira pelo senador Carlos Patrocínio PFL-TO que destacou o papel desempenhado pelo Itamaraty para o êxito obtido pelo Brasil.

Ele disse esperar que a condenação de Jorgina se torne "um precedente, um exemplo para a Justiça do País, e que, assim, pelo menos a metade dos 600 milhões de dólares fraudados volte aos cofres públicos".

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) associou-se a Patrocínio e destacou o trabalho do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Paulo de Tarso Flecha de Lima, "cujo desempenho foi fundamental para o êxito da operação". O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o veredicto da Justiça americana foi um alerta ao Judiciário brasileiro e para aqueles que têm "o compromisso de elaborar a legislação do País".

## Maldaner quer apurar emissões de títulos de todos os estados

*Senador sugere uma comparação entre deságios de papéis negociados no mercado*

O alcance da CPI dos Títulos Públicos, destinada a apurar possíveis irregularidades ocorridas na emissão de títulos nos anos de 95 e 96, foi questionado sexta-feira pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). A seu ver, o trabalho de investigação da comissão não deve ficar limitado aos estados de Santa Catarina, Alagoas, São Paulo e Pernambuco.

- Se há presunção de irregularidades na negociação dos títulos, por que não se investigar toda a Federação? Não estou aqui a defender qualquer ilícito, mas tão-somente pleitear, para Santa Catarina, a equidade de tratamento em relação aos demais estados excluídos da CPI - pediu o senador.

Casildo Maldaner alertou ser fundamental que se freie o ímpeto daqueles que desejam, por oportunismo, transformar a CPI em palanque para questões políticas regionais. "É impor-



Casildo Maldaner

tante que a Nação entenda, de forma didática, que o déficit ou superávit de um estado, município ou até mesmo de um país depende do legado de quem o administra", afirmou.

- Tudo isso está acontecendo graças ao beneplácito do Banco Central que, mais uma vez, não foi vigilante na sua missão fiscalizadora. A CPI, agora, fará as vezes dele. Seria interessante que a comissão cotejasse os índices dos deságios de todos os estados brasileiros, tendo como referência o do meu estado, que foi da ordem de 0,50%, que é tido como prática de custo normal dentro do mercado de títulos estaduais - sugeriu o senador, que ainda lembrou ter proposto, no ano passado, através de projeto de lei, alteração na composição do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de aumentar o potencial fiscalizador do órgão com a participação de segmentos da sociedade.

## Visita virtual ao Senado via Internet

Uma visita virtual pelas dependências do Senado Federal já pode ser feita pelos usuários da Internet. A *home page* da Casa exibe agora, com fotos e informações, diversos locais da sede em Brasília - como o Plenário, o Salão Negro e o Museu - e das antigas sedes no Rio de Janeiro - o Palácio Conde dos Arcos e o Palácio Monroe. Este é um dos novos serviços oferecidos pelas Subsecretarias de Relações Públicas e de Análise em conjunto com o Prodasen.

Na Internet, está ainda disponível toda a legislação brasileira, com o texto integral de todas as normas jurídicas editadas a partir de 1988, e o serviço *Fiscalize o Senado*, onde o cidadão pode encaminhar sugestões, críticas e opiniões sobre as atividades dos senadores. Os usuários da rede mundial de computadores podem, também, participar dos debates de inúmeros temas de interesse de toda a nação através desta nova *home page* do Senado.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (04.02.97)

11h - Sessão extraordinária deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL nº 111/96, que aprova o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15.12.95; e \*Projeto de Resolução nº 3/97, que autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governa-

mentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Atas de Entendimento de 19.09.89, de 15.04.94, e de 12.12.95.

14h30 - Primeira reunião preparatória destinada à eleição da Mesa

### COMISSÕES

Terça-feira (04.02.97)

18h - Comissão Especial Político-Partidária

**Pauta:** Discussão e votação do relatório final.

Quarta-feira (05.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

**Pauta:** Depoimentos do ex-secretário da Fazenda, de Santa Catarina, Oscar Falk, do Assessor do diretor Financeiro do Defini do Banco do Estado de Santa Catarina, Carlos Eduardo Ferreira e do secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, Paulo Sérgio Prisco Paraíso.

# Realizações marcam trabalho da Mesa

*Agilização do processo legislativo, modernização administrativa e garantia de total transparência das atividades parlamentares são o saldo de dois anos de gestão*

Um número recorde de matérias apreciadas pelo plenário do Senado - 1.385 em dois anos; uma reforma administrativa para dinamizar o funcionamento da Casa; acesso imediato do público a todas as atividades dos senadores, pelo rádio, televisão e computador: estes dados fazem parte do saldo de realizações da atual Mesa Diretora, presidida pelo senador José Sarney. Logo ao assumir a condução da Casa, a Mesa elegeu como prioridades a agilização do processo legislativo, a modernização administrativa e a garantia de total transparência das atividades parlamentares.

A política adotada traduziu-se também em novidades para o cidadão comum, como a abertura das dependências do Senado à visitação pública nos finais de semana, a possibilidade de entrar em qualquer dos bancos de dados mantidos pelo Prodasen através da Internet, ou ainda assistir às sessões do plenário e comissões pelas transmissões da TV Senado, via cabo, podendo também acompanhar as atividades dos senadores, no esquema "música e informação", sintonizando a Rádio Senado FM - 91.7, no ar durante as 24 horas do dia.

O projeto de reforma administrativa, aprovado no dia 16, faz parte do plano de modernização da Casa proposto pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e inclui a criação do Instituto Legislativo Brasileiro, que desenvolverá uma política de aperfeiçoamento e profissionalização dos servidores. Com recursos de organizações internacionais, o Instituto fará também o treinamento de pessoal para as assembleias legislativas estaduais e os parlamentos latino-americanos.

Atendendo às metas de austeridade, redução de custos e



O plenário apreciou número recorde de matérias nesta legislatura: 1.385

eliminação de despesas, rigoroso controle e fiscalização internas, desde outubro de 1995 todas as compras e prestações

de serviços realizadas pela Diretoria-Geral obedecem a tabela de preços pesquisada pela FGV. Está em processo a cen-

tralização das compras, incluindo o Prodasen e a Gráfica. O novo Regulamento Administrativo extingue 600 cargos comissionados e determina que qualquer obra, inclusive nos apartamentos funcionais, deve ser primeiro autorizada pelo plenário.

A reforma prevê também que o enxugamento do quadro de pessoal da Gráfica, possibilitado pela automação, seja feito com o reaproveitamento de 75% dos servidores em outros setores da Casa. Outra medida é a criação de uma matriz de informações gerenciadas, para agilizar a tomada de decisões na área legislativa e fiscalizadora.

As inovações determinadas pela Mesa alcançaram igualmente o processo legislativo. A Secretaria-Geral da Mesa implantou, desde 1995, novas rotinas que garantiram maior eficiência ao trabalho parlamentar. Entre elas, o cumprimento rigoroso dos horários marcados para o Expediente e a Ordem do Dia, e a circulação cotidiana, sem atrasos, do Diário do Senado, contendo o resultado completo das votações da véspera, inclusive nas comissões, e também a pauta dos trabalhos com previsão para até trinta dias.

Estas medidas fizeram-se refletir sem demora no andamento dos trabalhos do plenário. Foram realizadas 554 sessões do Senado durante o período de mandato desta Mesa, sendo 227 em 1995, 301 em 1996 e 26 em 1997 (de 6 a 31 de janeiro). Não deixou de ser realizada sessão em nenhum dia útil, inclusive segundas e sextas-feiras, e também nas semanas com feriados.

## QUADRO DEMONSTRATIVO

MATÉRIAS APRECIADAS DE 16.02.1995 A 31.01.1997	
Projetos enviados à sanção.....	188
Projetos enviados à promulgação.....	529
Projetos enviados à Câmara.....	214
Matérias aprovadas.....	1113
Matérias arquivadas.....	272
<b>Total de matérias apreciadas.....</b>	<b>1385</b>
MATÉRIAS APRECIADAS EM 1995	
Projetos enviados à sanção.....	117
Projetos enviados à promulgação.....	256
Projetos enviados à Câmara.....	70
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores.....	74
Matérias aprovadas.....	517
Matérias arquivadas.....	135
<b>Total de matérias apreciadas.....</b>	<b>652</b>
MATÉRIAS APRECIADAS EM 1996	
Projetos enviados à sanção.....	68
Projetos enviados à promulgação.....	250
Projetos enviados à Câmara.....	143
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores.....	108
Matérias aprovadas.....	569
Matérias arquivadas.....	135
<b>Total de matérias apreciadas.....</b>	<b>704</b>
MATÉRIAS APRECIADAS EM 1997 (Até 28 de janeiro)	
Projetos enviados à sanção.....	3
Projetos enviados à promulgação.....	23
Projetos enviados à Câmara.....	1
Matérias aprovadas.....	27
Matérias arquivadas.....	2
<b>Total de matérias apreciadas.....</b>	<b>29</b>

# Cafeteira afirma que política cambial prejudica produtores

*A manutenção da paridade com o dólar, segundo o senador, é uma distorção que precisa ser corrigida pelas autoridades monetárias*

"A política do real de valor irreal" prejudica as exportações, a produção na indústria e na agricultura, além de ser um dos principais agravantes do problema do desemprego no País, disse sexta-feira o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA).

Para ele, a manutenção da taxa cambial em paridade com o dólar "é uma distorção" que deve ser corrigida pelas autoridades monetárias, "que hesitam em reconhecer a vulnerabilidade da economia brasileira com a moeda supervalorizada".

Cafeteira falou em nome dos economistas do seu partido, lembrando que o deputado



Epitácio Cafeteira

federal e ex-ministro do Planejamento Delfim Netto tem alertado o governo para a questão "da fraqueza das contas públicas".

Na opinião do senador, a área econômica do governo está subestimando as dificuldades dos

que trabalham no campo e que sofrem com os baixos preços finais dos produtos hortigranjeiros e agropecuários. No seu entendimento, esses são fatores que impedem os produtores de alcançar preços competitivos no mercado externo e os levam a demitir empregados.

Cafeteira pediu a transcrição nos Anais do Senado de reportagem publicada sexta-feira no *Correio Braziliense* sobre um documento de autoria da economista Eliana Cardoso, atualmente assessora do FMI. Segundo o senador, a economista adverte ter chegado a hora de reavaliação da âncora cambial como instrumento de controle antiinflacionário.

## Júlio Campos aponta reforma agrária no Distrito Federal como exemplo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apontou sexta-feira o Distrito Federal como um exemplo a ser seguido pelo governo federal



Júlio Campos

na execução da reforma agrária. Terras pertencentes a fazendeiros devedores do Banco do Brasil e do Banco de Brasília foram repassadas à Secretaria de Agricultura do DF, em negociações que envolveram o Inera.

- As melhores soluções são aquelas que, de tão simples e às vezes óbvias, nos fazem indagar: como não pensei nisso antes? A solução do Governo do DF não tem nada de novo. Simplesmente foi colocada em prática uma solução que vem

sendo sugerida ao governo federal já faz tempo - disse.

Os agricultores que receberam as terras tiveram financiamentos

do Banco de Brasília de até R\$ 6 mil para que pudessem criar pequenas agroindústrias familiares, com assistência da Emater do Distrito Federal. Nos supermercados da SAB, uma cadeia de lojas do governo, a produção desses agricultores é vendida num "balcão do produtor".

- Alguém poderá indagar se esse não é um programa muito paternalista. Não vejo assim. Se encararmos pela ótica social, verificaremos ser plenamente justificável. É melhor o gover-

no empregar recursos em programas dessa natureza do que ter de gastá-los em obras de infra-estrutura nas periferias das grandes cidades, para onde essas pessoas se dirigem quando deixam o campo - ponderou Júlio Campos.

O uso de terras de fazendeiros devedores de bancos estatais, na opinião do senador, resolve o problema de todos: os fazendeiros saldaram seus débitos e tiram seus nomes da lista dos caloteiros, os bancos recebem créditos já considerados perdidos e o governo conta com uma forma mais simples e rápida de obter terras para a reforma agrária. Os agricultores, por sua vez, além de receber as terras, têm apoio para que sua produção seja colocada no mercado sem intermediários.



Flaviano Melo

## Repasso da CPMF preocupa Flaviano Melo

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) manifestou sexta-feira sua preocupação com a possibilidade de os supermercados repassarem a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) para os consumidores. O senador disse que, além de acabar com as vendas por meio de tíquetes, cartões de crédito e cheques pré-dados, a medida, se concretizada, poderá implicar sérios prejuízos à população.

Após salientar que a Abras (Associação Brasileira de Supermercados) teria recomendado aos filiados a remarcação de 0,33% em seus preços, Flaviano afirmou que se esse repasse acontecer é como deixar os supermercados de fora da cobrança daquela contribuição.

- Os assalariados não têm a quem repassar a conta e acabam arcando com o prejuízo, tendo que pagar a CPMF duas vezes: no banco e no supermercado. Isso não é justo. Se todos estão contribuindo, os supermercados também precisam cumprir a sua parte - frisou.

Para Flaviano Melo, tão grave quanto o possível repasse da CPMF é também o fim das vendas a prazo, a seu ver "uma das únicas formas que possibilita a muitos brasileiros adquirir alimentação".

# Jefferson aplaude BNDES por apoiar pequenas empresas

*Ele registra que iniciativa vem ao encontro de proposta feita pelo senador Beni Veras*

O lançamento de programa de financiamento para pequenas e microempresas por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), coincidindo com o anúncio de proposta do senador Beni Veras (PSDB-CE) para o banco, foi saudado sexta-feira pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM) como contribuição significativa para a redução das disparidades regionais e sociais.

O BNDES não é um banco qualquer, pois disporá, neste exercício, de mais recursos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial - afirmou o senador, para quem os cerca de R\$ 13 bilhões sob gestão dessa instituição financeira nacional podem ser importante alavanca de desenvolvimento das regiões periféricas, como prevê a proposta de Beni Veras.

Jefferson Peres disse que o



Jefferson Peres

senador cearense demonstrou que o BNDES, ao longo de sua existência, aplicou a maior parte de seus recursos nas regiões mais desenvolvidas do País, em detrimento das mais pobres, como a Amazônia e o Nordeste.

A importância da proposta de Beni Veras está, segundo Jefferson Peres, em determinar que, se as solicitações de financiamento forem inferiores aos recursos disponíveis, o BNDES deverá aplicar o saldo no aumento de capital do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) também aplaudiu o "caminho correto" de democratização do banco. José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou seu apoio à iniciativa de Beni Veras, pois ela vai na contramão do princípio, que norteia a política mundial, de deixar na mão do mercado a solução dos desequilíbrios regionais e sociais.

## Cartas

Ilmo. Sr.  
Dr. José Sarney  
DD. Presidente do Senado Federal

Prezado Senhor.

Lemos com afável consideração os números do balanço de atividades do Senado Federal nos dois anos de sua gestão na presidência da casa em que foram votadas 1356 matérias, quantidade jamais alcançada na história do Senado. Louvamos também a transparência, a que se refere o senador Gilvam Borges, dos trabalhos desenvolvidos sob sua administração.

Com o *Jornal do Senado*, que chega em nossas mãos no Departamento dos Aposentados do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos - SP, cremos que foi aberto um canal de comunicação mais estreito entre autoridades e o povo. Entretanto, com todas as realizações descritas, uma delas, que diz respeito diretamente à categoria petroleira, lamentavelmente ficou esquecida: o veto presidencial à anistia da multa imposta a todos sindicatos petroleiros.

Matéria de extraordinária importância para nós petroleiros, pois com a decretação pela Justiça de penhora de nossas sedes, ficamos à mercê da insegurança, da dúvida e da perplexidade.

Nosso departamento congrega 300 aposentados aproximadamente que necessitam de uma definição, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho social, isto é, melhorando nossa sede em termos de benfeitoria no intuito de ser a nossa entidade ponto de encontro, beneficiando nossos aposentados no sentido de lazer e recreação.

Nosso extremo apelo é que V. Exa. considere o cunho social da proposta, pois é muito triste e penoso verificar que os nossos idosos sem uma casa para recordar o passado com os seus pares, permanecerão nas suas residências atrofiando sua inteligência, martirizando sua esposa durante todo o dia ou pior ainda, antecedendo seu óbito com o álcool no bar da esquina o dia inteiro.

Na esperança que V. Exa. se sensibilize com nosso pedido, aguardamos com ansiedade uma solução satisfatória.

Atenciosamente,  
Orismar Batista

Depa - Departamento dos Petroleiros Aposentados do Sindipetro São José dos Campos - SP

# Francelino cobra incentivos para o norte de Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apelou sexta-feira ao presidente da República para que na próxima reedição da Medida Provisória nº 1.532/1, válida até o dia 15 de fevereiro, inclua a concessão ao norte de Minas Gerais dos mesmos incentivos fiscais assegurados ao Nordeste do País para a instalação de montadoras e fabricantes de veículos.

Ele se disse inconformado com "a injustificável exclusão" da região mineira situada no Polígono das Secas do recebimento dos incentivos fiscais

concedidos por essa medida provisória. E lembrou que, desde o início dos debates sobre a necessidade de se estender ao Nordeste vantagens já concedidas ao Centro-Sul na instalação de montadoras, vem insistindo para que o norte de Minas seja incluído como beneficiário.

- Infelizmente, porém, meus esforços não foram recompensados e a MP divulgada em sua



Francelino Pereira

versão inicial e reeditada no último dia 16 de janeiro excluiu o norte de Minas dos benefícios fiscais.

Francelino explicou que essa região de Minas, que tem em Montes Claros um dos maiores centros irradiadores de desenvolvimento, é

uma extensão natural do perímetro jurisdicionado pelo Polígono das Secas e pela Sudene, em decorrência das condições

econômicas e climáticas semelhantes às existentes no Nordeste.

Argumentou também que os nordestinos sempre compreenderam isso e sempre cooperaram com os mineiros "no esforço comum de mobilizar recursos para o desenvolvimento da região, tão castigada pelas intempéries climáticas". O senador conclamou lideranças políticas, entidades empresariais e instituições sindicais a lutarem pelo reconhecimento do direito desses mineiros ao mesmo tratamento que é concedido ao Nordeste.

# Para Dutra, Senado deve exigir desincompatibilização do Presidente

*Em lugar nenhum do mundo há presidencialismo com medida provisória, como é o caso do Brasil, observa o senador*

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse sexta-feira que o Senado tem a obrigação de aperfeiçoar a emenda da reeleição, quando a matéria chegar à Casa. Ele defendeu tanto a introdução de uma salvaguarda que determine, de forma explícita, o afastamento do presidente da República para disputar um novo mandato, como a realização de um referendo.

Ele admite que o Senado deve discutir o prazo necessário à desincompatibilização do Presidente e quem deverá substituí-lo durante esse período, mas contestou os que alegam ser essa hipótese "contraditória com a reeleição, tanto assim que não existe nenhum caso dessa exigência no mundo".

- Da mesma forma - rebate o senador - em lugar nenhum



José Eduardo Dutra

há presidencialismo com medida provisória, como é o caso do Brasil, um presidencialismo imperial. Se com relação à medida provisória há especificidade no caso brasileiro, o mesmo deverá ocorrer com respeito à obrigatoriedade de o Presidente afastar-se do cargo no momento da reeleição - argumentou.

Para José Eduardo Dutra, a tese da reeleição, "depois de ter sido rejeitada pela Constituinte de 1988 e pela Revisão Cons-

titucional de 1993", deve, necessariamente, ser submetida à consulta popular.

Dutra também criticou declarações atribuídas pelo jornal *O Globo* ao presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de seu encontro com o presidente do Uruguai. Conforme o senador, a reportagem retratava a insatisfação do Presidente com o Congresso pela não aprovação das reformas constitucionais de interesse da Nação.

Segundo o senador, o governo, "dando importância absoluta à reeleição, arquivou, por seis meses, o seu discurso de que as reformas eram prioridade para o Brasil". A seu ver, é exemplo disso o fato de somente agora o PSDB, "que é o partido do Presidente", ter indicado relatores para os projetos de reforma tributária, administrativa e da previdência.



Gilvam Borges

## Gilvam ressalta artigo de Sarney sobre o Parlamento

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) solicitou sexta-feira a transcrição, nos Anais da Casa, de artigo de autoria do presidente do Senado, José Sarney, publicado no jornal *O Globo* do dia 30 de janeiro, sob o título "Senador Caxias ou Nabuco". Gilvam leu o texto na íntegra.

No artigo, Sarney destaca que, nos diferentes momentos históricos de formação da nacionalidade, figuras públicas ímpares moldaram a construção das instituições brasileiras. Abaeté, Antônio Carlos de Andrada e Silva, Rui Barbosa, Milton Campos, Pinheiro Machado, Getúlio, Juscelino, Afonso Arinos são alguns dos citados no artigo.

Entre as instituições nacionais, Sarney afirma no artigo que o Parlamento sempre foi o mais importante, porque é nele que se questionam os governos, o próprio Parlamento e os políticos, e é nele que se discutem idéias e propostas de soluções aos principais problemas do País. "Nem melhor nem pior do que a sociedade em que recruta seus membros, o Parlamento hoje partilha seu papel de interlocutor da sociedade democrática com a opinião pública, principalmente a televisão".

Nesta, o herói moderno é o senador Caxias, diz José Sarney em seu artigo. No entanto, segundo ele, é preciso que o Congresso seja julgado pelas idéias e heróis com que contribuiu para a construção da nacionalidade, acrescentou. É nesse sentido que José Sarney entende a recente renovação do Senado.

## Propaganda da reeleição "faria inveja a Goebels", afirma Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) condenou sexta-feira com veemência a aprovação em primeiro turno da emenda que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Ele criticou especialmente a propaganda em favor da reeleição - "que faria inveja a Goebels no Estado nazista e que visou a transformar a ilegalidade em legalidade, a inconstitucionalidade da reeleição em algo abençoado por uma legislação preparada pela violência, que mostrou a todos, pela tevê, a que grau chegou a forma de elaboração das leis neste Congresso e especialmente na Câmara dos Deputados".

Ao referir-se a abusos que teriam sido cometidos pelos meios de comunicação de massa na campanha pró-reeleição, Lauro Campos disse que, segundo a imprensa, só o projeto de reeleição custou 40 milhões aos cofres brasileiros, e afirmou que a aprovação da emenda causou danos às instituições e a desmoralização do Congresso Nacional.

O senador salientou que não se referia aos favores que compraram deputados que se disseram indecisos, nem aos custos de se colocar em plenário os mecenass que foram cobrados dos deputados os financia-



Lauro Campos

mentos de suas campanhas, mas falava das promessas de obras em todo o País.

- Se as promessas da reeleição fossem cumpridas, o Brasil se transformaria num paraíso. É muito triste o espetáculo a que assistimos em janeiro. É deprimente que a Câmara tenha se rendido dessa maneira.

Lauro Campos lamentou "a degradação das regras do jogo, o caráter espúrio e autocrático que assumem as relações do poder, a deterioração das instituições e o desprezo às necessidades sociais.

# Nabor pede pressa na regulamentação das MPs

*O senador entende que a medida provisória é um instituto jurídico tão desacreditado que os próprios parlamentares não estão dedicando a necessária atenção à sua tramitação*

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez sexta-feira um apelo aos congressistas para que, logo no início da próxima sessão legislativa, a ser instalada no dia 17 de fevereiro, encontrem uma solução para a tramitação das medidas provisórias. Nabor lembrou que há no Senado várias propostas visando a alterar a tramitação das MPs, no que diz respeito a prazos e condições para sua reedição.

Ele entende que a medida provisória é um instituto jurídico tão desacreditado que os próprios parlamentares não estão dedicando a necessária atenção à sua tramitação.



Nabor Júnior

O senador disse que tem sido freqüentemente designado para participar de Comissões Mistas destinadas a examinar medidas provisórias, e que, muitas vezes, é o único a comparecer às reuniões.

Nabor Júnior relatou ainda que, na última quinta-feira (dia 30), estavam

previstas reuniões de dez Comissões Mistas e que nenhuma funcionou, porque os senadores e deputados que deveriam integrá-las não apareceram.

- Essa é uma demonstração inequívoca de que devemos procurar uma solução para as medidas provisórias. Não podemos mais admitir que o Poder Executivo legisle com maior intensidade através de medidas provisórias, e o Congresso sequer instale as comissões para a sua apreciação - disse ele.

Lembrou também que há um parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre a matéria, ainda não

analisado em caráter conclusivo. "Enquanto isso, continuamos assistindo às sucessivas reedições de medidas provisórias e à falta de capacidade do Congresso para apreciá-las", frisou.

Nabor Júnior aproveitou para destacar que o ano legislativo de 1997 deverá ser um dos mais dinâmicos da atual legislatura, porque estão em pauta, entre outros temas, a emenda que permite a reeleição para ocupantes de cargos executivos, as reformas fiscal, tributária, administrativa e da Previdência e a regulamentação do sistema de telecomunicações.

## Valmir aprova o Simples, mas teme que sistema não vingue

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) elogiou sexta-feira o sistema de cobrança unificada de tributos - o *Simples* - como um avanço na economia brasileira, salientando que a iniciativa é valiosa para simplificar as exigências que atrapalham o desenvolvimento das pequenas e microempresas. Mas se disse receoso de que a medida não vingue.

- O *Simples* corre o risco de transformar-se numa daquelas medidas muito boas, que podem produzir excelentes resultados, mas que "não pegam". Para

ser adotado integralmente e produzir os efeitos colimados, esse sistema de cobrança depende da adesão dos estados e municípios, que precisam incluir o ICMS e o ISS na alíquota única - observou.

Conforme Valmir Campelo, governadores e prefeitos estão com receio de perderem receita com a adesão ao *Simples*, mas não hesitam em cortejar grandes montadoras com "perigosos incentivos", ao invés de investir e facilitar a vida das pequenas e microempresas.

O senador apontou outros empecilhos ao fun-



Valmir Campelo

cionamento desse sistema, como "o fato de o aparelho arrecadador não ter-se preparado adequadamente para a sua implantação, a falta de pessoal preparado para explicar o funcionamento do sistema aos contribuintes, e a inexistência de formulários para o recolhimento do *Simples*, além da desin-

formação geral nos postos da Receita".

Valmir Campelo teme que, com esse conjunto de dificuldades, o *Simples* corra o risco de ficar apenas na boa intenção, como já ocorreu com outras iniciativas públicas no Brasil. Daí por que ele apelou para que as entidades representativas dos pequenos e microempresários, as centrais sindicais, os meios de comunicação e o governo em geral se unam numa ampla campanha de esclarecimento a respeito desse sistema de cobrança unificada de tributos.

# Emília destaca ações contra o trabalho infantil

*Cerca de 1,2 mil crianças amparadas pelas ações oficiais já saíram das carvoarias de Mato Grosso do Sul e 44 mil, dos canaviais de Pernambuco, informa a senadora*

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacou sexta-feira o programa do governo federal "Brasil Criança-Cidadã", que distribui bolsas-educação de até R\$ 150,00 para as famílias que mantiverem seus filhos menores nas escolas, tirando-os do trabalho precoce. Segundo disse, "as ações oficiais nesse sentido devem ser aceleradas e divulgadas para que a sociedade tome conhecimento do que está sendo feito



Emília Fernandes

para combater o aviltamento de crianças e adolescentes".

Emília reportou-se à CPI

do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), e da qual faz parte como membro efetivo. "Estamos acompanhando atentamente as atividades desenvolvidas em todas as instâncias para reduzir o problema", frisou a senadora, anunciando que a comissão já tem algumas alternativas e sugestões a oferecer.

Dentre as sugestões, a senadora citou a que alerta para a responsabilidade dos

prefeitos na erradicação do trabalho infantil. "O governo federal não pode administrar tudo", acentuou, lembrando que é preciso haver fiscalização contra os exploradores e para acompanhar o funcionamento dos programas.

Emília Fernandes informou que cerca de 1,2 mil crianças amparadas pelas ações oficiais já saíram das carvoarias de Mato Grosso do Sul e 44 mil, dos canaviais de Pernambuco.

## Lúcio Alcântara busca maior atenção às bibliotecas

A biblioteca pública é "uma extraordinária rede de difusão do conhecimento e do saber, principalmente no Brasil, que é tão carente de instrução, educação e informação", afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao defender a necessidade de se despertar no País a consciência sobre a importância da conservação de livros, jornais e documentos diversos.

- Lembro, a propósito, a conhecida frase de Montei-

ro Lobato, segundo a qual "um país se faz com homens e livros". São os livros que fazem os homens, despertam a sua consciência para injustiças aparentemente naturais, abrem as suas cabeças para modos de organização social e política existentes em outras terras e - quem sabe? - aplicáveis também em sua terra - frisou.

Lúcio Alcântara reportou-se à contribuição da Biblioteca do Senado para a cultura jurídica nacional. "Decorridos 130 anos de sua cria-

ção, a Biblioteca do Senado continua prestando serviços inestimáveis à cultura brasileira, principalmente nos campos político e jurídico, com a edição anual da *Bibliografia Brasileira do Direito*, que registra tudo o que foi publicado no País, no ano de referência, nos diversos campos do Direito."

O senador destacou ainda o papel do bibliotecário, pedindo maior valorização da sua atividade, por ser "um verdadeiro profissional da difusão do saber. Gente que organiza



Lucio Alcântara

as bibliotecas, as faz funcionar e atende a todos os que as procuram em busca de informação, cultura ou lazer e, ainda, luta contra a falta de recursos", afirmou.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JEFFERSON PERES, VALMIR CAMPELO, GERALDO MELO E JOSÉ EDUARDO DUTRA E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos - 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros - 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Vaidades - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.